



Coordenação de Iniciação Científica, Monitoria e Extensão
Curso de Psicologia

As vicissitudes da maternidade em situação de pobreza

Beatriz Sernache de Castro Neves

Karine Lima Verde Pessoa

Fortaleza - CE

2019

As vicissitudes da maternidade em situação de pobreza

Beatriz Sernache de Castro Neves

Karine Lima Verde Pessoa

Projeto de Iniciação Científica do Curso de
Psicologia da Faculdade Ari de Sá.

Fortaleza-CE

2019

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
2	JUSTIFICATIVA	5
3	OBJETIVOS	7
4	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	7
5	METODOLOGIA	11
6	CRONOGRAMA	13
	REFERÊNCIAS	14

RESUMO

O desenvolvimento infantil é marcado pelas mais diversas complexidades. Dentre muitas variáveis em torno desse processo, a importância da figura de um agente de cuidado é denominador comum. A relação mãe-bebê causa impactos ao longo da vida da criança, bem como influências do meio onde convivem. O presente projeto de iniciação científica tem como objetivo realizar uma pesquisa-intervenção, na qual pretendemos estudar a construção da maternidade em mulheres que vivenciam situações de pobreza. Para isso, realizaremos grupos operativos com mães, nos quais poderão relatar suas experiências pessoais sobre o tema e favorecer a ressignificação afetiva e conceitual da infância, além de contribuir com elementos potencializadores do desenvolvimento saudável dos seus filhos, considerando aspectos cognitivos e sócio-afetivos. A partir dos grupos pretendemos entender como essas mulheres enfrentam os desafios cotidianos da maternidade em situações de pobreza e contribuir para a reflexão dessa vivência dentro das suas histórias de vida.

Palavras-chave: Maternidade, primeira infância, pobreza, pesquisa - intervenção.

1. INTRODUÇÃO

O presente projeto de iniciação científica está alinhado ao Núcleo de Psicologia Social e Direitos Humanos (NUPSID) da Faculdade Ari de Sá (FAS). O NUPSID tem como proposta inicial a articulação interdisciplinar entre os cursos de graduação de Psicologia, Direito e Engenharia Civil e visa a contemplação de temas vinculados à inserção comunitária e diagnóstico local para a análise de demandas socioterritoriais do entorno da FAS. Em seu primeiro ano de atuação o núcleo, além de aprofundamento teórico, fez visitas técnicas em instituições que contemplam a comunidade situada no centro da cidade de Fortaleza. Desta forma, visitamos as seguintes instituições: Centro de Referência e Assistência Social (CRAS), Centro de Referência para População em Situação de Rua (Centro POP), Colégio Estadual Justiniano de Serpa, Colégio Clóvis Beviláqua, Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Fortaleza (COMDICA) e Posto de Saúde Paulo Marcelo.

O objetivo de tais visitas consistiu em apresentar a proposta do núcleo, bem como estabelecer parcerias entre as instituições e a Faculdade Ari de Sá. Nessas visitas coletamos informações sobre tais instituições com o intuito de entender melhor seu funcionamento e suas ações através de entrevistas com profissionais. Contemplamos assim as áreas da assistência social, saúde e educação.

Partindo do ponto da inserção comunitária obtida através desse primeiro momento, pretendemos no presente projeto focar em um público específico que forma a comunidade: as mães.

Nos últimos anos vimos crescer exponencialmente a preocupação governamental em torno da

primeira infância, etapa referente aos seis primeiros anos de vida, principalmente em países considerados em desenvolvimento. Essas práticas têm sido impulsionadas, em grande parte, por estudos e avanços científicos que mostram a importância dos vínculos afetivos nessa faixa etária. (Jerusalinsky, 2000; Gerhardt, 2016; Brazelton e Cramer, 1991; Halpern, 2004)

No Brasil, a partir da implementação do Sistema Único de Saúde (SUS), algumas iniciativas acontecem antes mesmo de a criança nascer, como o aumento da cobertura da assistência pré-natal e serviços de planejamento familiar. Essas têm como objetivo interromper o ciclo de pobreza intergeracional, com foco na educação das crianças. Podemos observar algumas iniciativas do governo que se voltam para a primeira infância, tais como o Plano Nacional pela Primeira Infância, proposta pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONAN), que propõe ações amplas e articuladas de promoção dos direitos da criança de até seis anos de idade (Ministério da Saúde, 2010), resultando no Brasil Carinhoso dentro do contexto do Plano Brasil sem Miséria, além da instituição pelo Ministério da Saúde da Política Nacional de Atenção à Saúde da Criança, da aprovação do Marco Legal da Primeira Infância e modificações no Estatuto da Criança e do Adolescente e mais recentemente do Programa Criança Feliz. Nos Estados também algumas iniciativas relacionadas têm lugar, como o programa Cresça com seu Filho (Fortaleza – CE), Programa Mais Infância Ceará (Fortaleza- CE), o Programa Primeiríssima Infância (São Paulo – SP) e o Programa para uma Infância Melhor (Porto Alegre – RS), que tentam dar conta de vários campos da vida da criança, como saúde, educação, cultura, assistência social, convívio familiar e comunitário.

A atenção à primeira infância não é exatamente novidade dentro do processo das Políticas Públicas, mas o foco no afeto, apego e vínculo são iniciativas mais recentes. Isso muda de forma circunstancial o que também é esperado das mães nesse processo. Todavia há de se considerar que prescrever algum medicamento ou orientar sobre a higiene e alimentação das crianças têm diferenças fundamentais em relação à conscientização de que elas devem abraçar e brincar com seus filhos. Quais são os possíveis efeitos disso no processo de cuidado na relação mãe e criança? Qual o lugar destinado à mulher nesse novo cenário? Como ela se vê? Quais são as suas necessidades? Como ela vê isso em contexto de pobreza?

2. JUSTIFICATIVA

Historicamente, o lugar social do principal agente de cuidados de uma criança é referente ao lugar da mãe. Embora exista um debate mais atual sobre o lugar do pai, a função exercida pela mãe possui uma importância fundamental, seja no imaginário social ou oficialmente em documentos que legitimam essa importância. Frases no ditado popular como “ser mãe é padecer no paraíso” denota muito da representação social dessas mulheres que em algum momento da sua vida decidem, ou não, por assumir essa complexa tarefa que é gerar, cuidar e educar outro ser humano.

As práticas de cuidados direcionados à primeira infância têm sofrido mudanças na cultura Ocidental na medida em que se transformam as concepções à respeito da criança (Aríes, 1962, Donzelot, 1980). Autores como Freud (1905), Piaget (1936), Vygotsky (1984), Wallon (1941), Bowlby (1993), Spitz (2000) já vinham dando suas contribuições ao chamar atenção para a infância, sobretudo por pensar a gênese do desenvolvimento infantil, mas foi aos poucos que os governos foram tomando isso como prioridade e foco de ação. De forma que ao longo da segunda metade do século XX a primeira infância, período que abrange os seis primeiros anos de vida da criança, tem se tornado agenda prioritária de várias práticas atuais dentro de programas de políticas públicas no mundo inteiro. Isso se torna mais evidente a partir da criação e das ações da Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância em - 1946, no período após a Segunda Grande Guerra Mundial. Atuações das Nações Unidas, do Unicef e do Banco Mundial, e implementação de vários programas em diversos países, mostra a importância que esse tema tem tomado.

No Brasil, onde parte dessas crianças vive em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade social, não é diferente. No relatório intitulado Cenário da Infância e Adolescência no Brasil 2016, elaborado pela fundação ABRINQ, é apontado que as crianças e adolescentes até 19 anos representam 30% da população brasileira. O mesmo estudo mostra que cerca de 17 milhões de crianças até 14 anos de vida, equivalente a 40,2% da população brasileira nessa faixa de idade, vivem em domicílios considerados de baixa renda. Nas regiões Norte e Nordeste esse quadro se agrava, apontando 60,6% e 54% respectivamente. A renda familiar mensal per capita é igual ou menor que meio salário mínimo.

A mudança de foco dessas políticas, entretanto, não é sem efeito para as mães que efetivamente precisam se adequar às novas demandas das quais, muitas vezes, não se enquadram de forma tão pacífica. Ao estimular a consulta periódica a postos, vacinação em dia, cuidados com alimentação e higiene, os profissionais agem de forma educativa, no sentido de explicar a essas mulheres a importância desses elementos. Embora nem sempre seja com sucesso, as políticas nesse sentido já cresceram bastante de modo a impactar positivamente a comunidade. Todavia, ao estimular o vínculo, o afeto e o brincar, por exemplo, há outros elementos subjetivos que vão além do processo educativo dessas

políticas. Dessa forma cabe indagar: o que essas mulheres pensam sobre o assunto? Como elas se colocam frente a essa problemática? Por que algumas delas não aderem ou fazem isso de modo espontâneo?

Nesse contexto, torna-se interessante ouvir o que essas mulheres têm a dizer sobre esse assunto a partir das experiências anteriores, das significações do que é infância, o brincar, o vínculo, etc. Através das suas histórias de vida, podemos descobrir como foram formadas as referências de cuidado e maternidade dessas mulheres e investigar o modo como as mesmas se colocam frente às questões relacionadas à maternidade em situação de pobreza na atualidade.

Ressaltamos também que não se trata de desqualificar os avanços e as iniciativas que evidenciam a importância no afeto no processo de desenvolvimento infantil, mas ampliar o olhar para os agentes de cuidado dessas crianças, no sentido em que as mesmas possam se colocar em primeira pessoa e como agentes políticos em qualquer intervenção que coloque o futuro dos seus filhos em jogo.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

- Fomentar o cuidado materno por parte de mães em situação de pobreza

3.2 Objetivos Específicos

- Elucidar o lugar da mulher nos discursos sobre a maternidade
- Entender a experiência e as formas de enfrentamento da pobreza de mães moradoras das comunidades
- Proporcionar um espaço de escuta e debate com as mães na comunidade selecionada através da formação de grupos operativos
- Apresentar saberes e práticas educacionais capazes de auxiliar o cuidado materno

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Sabemos que o papel da mãe é essencial para o desenvolvimento psíquico do bebê. De acordo com Winnicott (2001), é necessário ser oferecido ao bebê o ambiente adequado para que ele se desenvolva bem. Assim, é de fundamental importância o que acontece na díade mãe-bebê ao longo do desenvolvimento da criança (Bleichmar, 1992, apud Gonçalves et al, 2006).

Para Bowlby (1988), a criança constrói um modelo representacional interno de si mesma, dependendo de como foi cuidada, e em sua vida esse modelo permite que a criança seja capaz de se ajudar e de acreditar que pode ser ajudada em caso de dificuldades. O fato de acreditar em si própria e a relação de segurança criada com seus cuidadores irão ajudar a criança a separar-se dos pais gradativamente, tornar-se independente e explorar a liberdade.

As interações adulto-bebê são matrizes através das quais se constrói o desenvolvimento (Ribas e Moura, 1999). A relação positiva mãe-criança tem sido associada à segurança do apego no primeiro ano de vida, tanto quanto à menor reincidência de problemas sócio-emocionais e cognitivos nos anos pré-escolares. (Zamberlan, 2002)

Outros autores (Fleming, Ruble, Flett & Shaul, 1988 apud Zamberlan, 2002) salientam como algumas condições e características maternas, tais como: insensibilidade, distúrbios psicológicos depressivos crônicos, ansiedade extrema, manifestos nas relações iniciais ou durante o curso da infância, afetam adversamente o desenvolvimento infantil. Altos níveis de ansiedade materna, desinteresse maternal ou inconsistências nos cuidados, são extremamente relevantes ao status de desenvolvimento emocional, social e cognitivo dos infantes. Outros estudos indicam que variações culturais e educacionais afetam a responsividade materna de maneiras específicas, confirmando e ampliando dados sobre as hipóteses de que a escolaridade materna e o ambiente sócio-cultural emergem como influências importantes na responsividade materna. (Zamberlan, 2002)

Na primeira infância os principais vínculos, bem como os cuidados e estímulos necessários ao crescimento e desenvolvimento, são fornecidos pela família. A interação da criança com o adulto ou com outras crianças é um dos principais elementos para uma adequada estimulação no espaço familiar. Os processos proximais são mecanismos constituintes dessa interação, contribuindo para que a criança desenvolva sua percepção, dirija e controle seu comportamento. Além disso, permite adquirir conhecimentos e habilidades, estabelecendo relações e construindo seu próprio ambiente físico e social. Estudos sobre associação entre estimulação ambiental e cognição concluem que mães orientadas a estimularem seus bebês, por meio de uma variedade de experiências perceptivas com pessoas, objetos e símbolos, contribuíram para o desenvolvimento cognitivo das crianças, observando-se conseqüências positivas em longo prazo. (Andrade et al, 2005)

A brincadeira possui um lugar fundamental no desenvolvimento infantil, seja por seus benefícios imediatos ou de longo prazo. A importância da brincadeira pode estar relacionada a aspectos do desenvolvimento cognitivo, social, afetivo e físico. (Hansen et al, 2007)

Andrade et al (2005) afirma que a família desempenha o papel de mediadora entre a criança e a sociedade, possibilitando a sua socialização, elemento essencial para o desenvolvimento cognitivo infantil. Qualquer que seja a sua estrutura, a família mantém-se como o meio relacional básico para as relações da criança com o mundo. No ambiente familiar, paradoxalmente, a criança tanto pode receber proteção quanto conviver com riscos para o seu desenvolvimento.

Citando um estudo brasileiro com populações urbanas de baixa renda, Andrade et al (2005) destaca a identificação de níveis psicossociais de risco ao desenvolvimento das crianças no ambiente familiar, considerando como ambientes potencialmente danosos aqueles que incluem baixos níveis interativos e de envolvimento socioemocional entre adultos e crianças, presença de controle punitivo e restritivo e níveis mínimos de organização familiar.

Além dos aspectos cognitivos, devem ser considerados outros fatores de risco no que se refere à Saúde Mental na infância. Estudos recentes têm encontrado uma prevalência de problemas de saúde mental na criança variando de 10 até 20%, sendo considerada a causa mais importante de problemas na infância. De acordo com pesquisa recente, Glied & Cuellar estimam que 11% das crianças americanas apresentem, em algum grau, problemas de saúde mental. Metade das crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos estão envolvidos em pelo menos dois ou mais comportamentos de risco, como abuso de álcool e drogas, delinquência, baixo aproveitamento escolar e gravidez. Da mesma forma, vários estudos em várias culturas têm apontado para proporções igualmente elevadas de crianças na idade pré-escolar e escolar sofrendo de problemas emocionais. (Halpern, 2004)

Halpern (2004) aponta como fatores mais fortemente associados com a saúde mental da criança o ambiente social e psicológico, influenciando mais do que as características intrínsecas (genéticas) do indivíduo. Concepções contemporâneas sobre o desenvolvimento humano entendem que “é com o outro e por meio do outro que o indivíduo se constitui”. Tais concepções trazem a noção de desenvolvimento como um processo que se dá pelas e nas interações sociais.

Charlesworth (1992 apud Hansen 2007) descreve duas matrizes conceituais que têm contribuições para a psicologia do desenvolvimento e que estão relacionadas à perspectiva evolucionista. A primeira seria a noção de características típicas da espécie (universais), comportamentos ou motivações que usualmente aparecem em diferentes contextos culturais e históricos e que estão associados com a sobrevivência e perpetuação da espécie. Já a segunda contribuição refere-se às diferenças individuais relacionadas a aspectos do ambiente físico e social (mortalidade infantil, abuso, negligência, desnutrição, qualidade no cuidado e na educação infantil, etc.), os quais, segundo a autora, devem ser analisados no sentido de investigar quais fatores ecológicos, econômicos e culturais os modulam.

Durante um longo período, a maternagem foi pensada como intrinsecamente relacionada à maternidade, como função feminina por excelência, concernente à natureza da mulher, embora alguns autores apontem para o fato de que essa dedicação da mulher ao papel materno deva-se muito mais “a uma transposição social e cultural das suas capacidades de dar à luz e amamentar” (Chodorow, 1990). Na verdade, diversas revisões históricas acerca da instituição familiar (Costa, 1979, Ariés, 1981, Badinter, 1985, Chodorow, 1990, Donzelot, 1986) sugerem que a exaltação ao amor materno é fato relativamente recente dentro da história da civilização ocidental, constituindo-se esse tipo de vínculo, tradicionalmente descrito como “instintivo” e “natural”, em um mito construído pelos discursos filosófico, médico e político a partir do século XVIII (Moura e Araújo, 2004). Destacamos aqui que o papel da mulher focalizado na função biológica da maternidade é distinto daquilo que se convencionou denominar cuidados maternos ou práticas de maternagem. (Moura e Araújo, 2004)

Na abordagem histórica e antropológica das atitudes maternas não se encontra um comportamento universal e necessário por parte da mãe. Ter um filho é considerado em cada civilização de um modo diferente; ser mãe pode ser visto como uma experiência perigosa, dolorosa, interessante, satisfatória ou importante numa determinada mulher, numa determinada civilização. A forma de a vivenciar associa-se quer às suas características individuais quer à atmosfera cultural que a circunda. (Correia, 1998)

Badinter (1980 apud Correia 1998) aponta que contrariamente às ideias dominantes, o amor maternal não se encontra inscrito na profundidade da natureza feminina. Refere que quando observamos a evolução das atitudes maternas verificamos que o interesse e a dedicação à criança ora se manifestam ora não. Ainda para a mesma autora (1992 apud Correia 1998) o amor maternal é algo infinitamente complexo e imperfeito; longe de ser instinto é condicionado por múltiplos fatores, independentes da «boa natureza» ou «boa vontade» da mãe, dependendo não só da história pessoal de cada mulher, da oportunidade da gravidez, do seu desejo da criança, da relação com o pai mas também de fatores sociais, culturais e profissionais

Para RUBIN (1984 apud Kimura, 1997) o núcleo da identidade materna reside nos conceitos do EU - mãe e VOCÊ - filho e como ambos relacionam-se e influenciam-se. Durante a gestação, a identidade materna é construída por meio de uma imagem idealizada de si como mãe e, também, do bebê como filho. No período pós-parto, a identidade materna implica mudança no relacionamento consigo e com o filho, que passa de uma imagem idealizada para uma realidade concreta. Portanto, a identidade materna implica construir um relacionamento baseado na sua vinculação com o filho. Nesse contexto,

a maternidade não constitui um fenômeno biológico, se constitui a partir da relação, sendo, portanto, um fenômeno social.

Devemos considerar também fenômenos característicos da contemporaneidade que também contribuem para a transformação e significação dos sentimentos e práticas da maternagem. A partir das conquistas femininas de um novo espaço social e cultural, assumindo papéis anteriormente de exclusividade masculina, surge a exigência de uma integração interna harmoniosa entre satisfação profissional, satisfação amorosa e satisfação maternal nem sempre é fácil de conseguir. A mulher dos nossos tempos vive, de um certo modo, em conflito consigo própria. A expressão desse conflito pode surgir como dificuldade no relacionamento com os filhos, complicações várias na vida fértil ou, tratando-se de um conflito demasiado grave, na total rejeição da maternidade. (Correia, 1998)

Tomando em análise o ditado “Mãe é tudo igual, só muda de endereço”, pensamos que também esse ‘endereço’, entendido como contexto social em que se inserem as mães e as suas posições sociais em vários momentos (trabalho, escolaridade, geração e inserção em movimentos sociais), possibilita diferenças na forma como essas mulheres assumem a maternidade (Moreira e Nardi, 2009).

A disponibilidade de apoio social facilita uma maternagem responsiva, principalmente sobre condições estressantes, promovendo o desenvolvimento de um apego seguro bebê-mãe, além de afetar diretamente a criança, através do contato dela com os membros desta rede de apoio. (Rapoport e Piccinini, 2006)

5. METODOLOGIA

O presente projeto será dividido em duas etapas principais: inicialmente, a realização de entrevistas individuais com dez mulheres selecionadas, usando como modelo o método de histórias de vida. Em um segundo momento iremos convidar essas mulheres para participar do grupo operativo com frequência quinzenal durante quatro meses (8 encontros no total), no qual trabalharemos as principais categoriais citadas por elas na primeira etapa do projeto, priorizando a temática da maternidade e a relação com os filhos. De um modo simples, o grupo operativo pode ser definido como um conjunto de pessoas com um objetivo comum, que opera e se estrutura na medida que se relaciona (Fortuna et al, 2005).

Como resultado dessa pesquisa pretendemos apresentar uma narrativa ou teoria sobre tal temática, bem como intervir no processo de construção da maternidade dessas mulheres a partir da reflexão de suas próprias histórias de vida e compartilhamento com as outras integrantes do grupo. Tendo isso em vista, o presente projeto se enquadra na categoria de pesquisa-intervenção.

O objetivo principal do método de história de vida é ter acesso a realidade na qual vive o sujeito pesquisado. Através do modo como este conta a sua vida, pretendemos entender o universo do qual ele faz parte, evidenciando seu aspecto subjetivo em relação aos acontecimentos sociais (Silva et al, 2007).

Através dos relatos de histórias de vida e seus aspectos subjetivos pretendemos construir uma narrativa acerca do lugar da mulher e da maternidade em situação de pobreza e seus enfrentamentos, bem como dar a possibilidade destas significarem e ressignificarem esse processo.

Selecionaremos inicialmente dez mulheres moradoras do centro da cidade de Fortaleza que frequentam a “Associação das Graviolas”. O acesso à associação será facilitado pelas Agentes Comunitárias de Saúde do Posto Paulo Marcelo. Como critério de inclusão selecionaremos mães que desejem participar da pesquisa-intervenção.

Para além da produção técnico-científica, a pesquisa-intervenção tem a possibilidade de redimensionar a formação acadêmica dos profissionais de psicologia, no sentido de apontar a perspectiva sócio-histórica-política bem como construir novas bases para ações de psicólogos em instituições. (Rocha e Aguiar, 2003)

5.1 Equipe de trabalho

O presente projeto está alinhado com o Núcleo de Psicologia Social e Direitos Humanos (NUPSID) da Faculdade Ari de Sá (FAS). Desta forma, será composta pela coordenadora do núcleo, docentes vinculadas, as professoras responsáveis pelo presente projeto e cinco alunos do curso de psicologia da instituição.

Os docentes que compõem a pesquisa irão contribuir a partir das suas áreas de conhecimento, bem como acompanhamento e orientação dos alunos envolvidos. Os discentes deverão dedicar 04 horas semanais da semana ao projeto de iniciação científica, divididos entre estudos teóricos individuais, em grupo, pesquisa de campo e análise dos dados. Todas as atividades exercidas pelos discentes serão acompanhadas pelas pesquisadoras proponentes. Reuniões mensais com todos os membros do núcleo com o objetivo de compartilhar o andamento das pesquisas realizadas também serão contabilizadas nas cargas horárias dos docentes e discentes em questão.

O processo e resultado da presente pesquisa deverá ser apresentado em eventos acadêmicos organizados pela faculdade em consonância com o compromisso de publicitação dos conteúdos obtidos.

5.2 Período de realização da proposta

A presente pesquisa se realizará entre agosto de 2019 e junho de 2020.

5.3 Estrutura necessária

Uma sala com capacidade para sete pessoas para encontros semanais.

5.4 Descrição das atividades desenvolvidas, indicando seu (s) responsável (eis)

A pesquisa em questão se dará através de, inicialmente, seis etapas: a primeira será o aprofundamento teórico e metodológico do tema; a segunda etapa será o planejamento da pesquisa: elaboração e envio do projeto ao Comitê de Ética e Pesquisa, seleção das pessoas entrevistadas, contato, marcação de hora e local; a terceira etapa englobará as entrevistas propriamente ditas e o convite para participação no grupo; a quarta etapa será a realização dos grupos operativos; a quinta etapa será a análise dessas entrevistas e finalmente, na sexta etapa será feito o registro da pesquisa através de relatórios e trabalhos a serem apresentados em eventos científicos.

6. CRONOGRAMA

Atividades	2019					2020						
	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abri	Mai	Jun	Jul
Realização de Reuniões Semanais entre professores e discentes para a acompanhamento do Projeto.	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Realização de Reuniões Mensais entre professores, coordenadores e discentes para a acompanhamento do Projeto.	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Socialização da proposta do Projeto junto à comunidade acadêmica da FAS	■											
Seleção dos alunos bolsistas e voluntários do Projeto.	■											
Estudo teórico	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Planejamento da Pesquisa	■	■	■									
Pesquisa de Campo				■	■	■	■	■	■			
Transcrições										■		
Análise de dados											■	■
Elaboração do Relatório do Projeto de Iniciação Científica											■	■
Socialização dos resultados parciais com os coordenadores de cursos, coordenação acadêmica e diretoria da FAS.												■

RECURSOS

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	TEMPO/ QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (Reais)	VALOR TOTAL (Reais)	ORIGEM DOS RECURSOS
Recursos Humanos				
Profa. Ms. Beatriz Sernache de Castro Neves	16 horas/mês		R\$ 10.672,64	Coordenação de Iniciação Científica, Monitoria e Extensão – FAS - Edital

	(16 h/mês x 10 meses = 160 horas)	R\$ 60,64		n° 05/2019, de 11 de junho de 2019
Profa. Ms Karine Lima Verde Pessoa	16 horas/mês (16 h/mês x 10 meses = 160 horas)	R\$ 60,64	R\$ 10.672,64	Coordenação de Iniciação Científica, Monitoria e Extensão – FAS - Edital n° 05/2019, de 11 de junho de 2019
02 Acadêmicos Bolsistas – Psicologia	16 hrs/mês (16 h/mês x 11 meses = 176 horas)	R\$ 10,00	R\$ 2200,00	Coordenação de Iniciação Científica, Monitoria e Extensão – FAS - Edital n° 05/2019, de 11 de junho de 2019
03 Acadêmicos Voluntários – Psicologia	16 hrs/mês (16 h/mês x 11 meses x 3= 528 horas)	-	-	Coordenação de Iniciação Científica, Monitoria e Extensão – FAS - Edital n° 05/2019, de 11 de junho de 2019
Recursos Materiais				
Infraestrutura				
Sala para Reuniões de Supervisão e Planejamento das Ações de Extensão	05 encontros/mês	-	-	Infraestrutura FAS
Material Permanente				
Notebook Dell Core i3-6006U 4GB 1TB Tela 15.6” Linux Inspiron	01	R\$ 1528,20	R\$ 1528,20	Infraestrutura FAS
Impressora Multifuncional Epson Expression XP-241 Wireless - Impressora, Copiadora e Scanner	01	R\$ 300,00	300,00	Infraestrutura FAS
Gravador de Voz Digital Sony Icd-Px 240 4gb	01	R\$ 172,90	R\$ 172,90	Coordenação de Iniciação Científica, Monitoria e Extensão – FAS - Edital n° 05/2019, de 11 de junho de 2019
Material de Consumo				
Resma de Papel Sulfite Branco – A4	02	R\$ 13,00	R\$ 26,00	Coordenação de Iniciação Científica, Monitoria e Extensão – FAS - Edital n° 05/2019, de 11 de junho de 2019
Caneta Esferográfica	20	R\$ 1,20	R\$ 24,00	Coordenação de Iniciação Científica, Monitoria e Extensão – FAS - Edital n° 05/2019, de 11 de junho de 2019
Cartuchos para impressora Multiprofissional	02	R\$ 80,00	R\$ 160,00	Coordenação de Iniciação Científica, Monitoria e Extensão – FAS - Edital n° 05/2019, de 11 de junho de 2019
Recursos Financeiros				
Auxílio Deslocamento para realização de visitas aos equipamentos existentes na comunidade	15	40,00	600,00	Coordenação de Iniciação Científica, Monitoria e Extensão – FAS - Edital n° 05/2019, de 11 de junho de 2019

REFERÊNCIAS

A. F. P. Ribas e M. L. Seidl de Moura. Transformações em trocas interativas mãe-bebê. Estudos de Psicologia, 1999, 4(2), 273-288

ANDRADE SA et al. Ambiente familiar e desenvolvimento infantil. Revista de Saúde Pública 2005; 39(4):606-11

ARIES, P. História social da criança e da família. (2ª ed.) (D. Flaksman, Trad.) Petrópolis: Vozes. (Original publicado em 1973). 1981.

BADINTER, Elizabeth. Um amor conquistado: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985

BOSI, MLM, & MERCADO-MARTINEZ, FJ. Notas para um debate. In: BOSI, MLM & MERCADO (orgs). Pesquisa Qualitativa de Serviços de Saúde. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

CORREIA, M.J. Sobre a Maternidade. Análise Psicológica (1998), 3 (XVI): 365-371

COSTA, J. Ordem médica e norma familiar. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1979.

DONZELOT, Jacques. A polícia das famílias. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FREUD, S. (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In A. Freud (Org.), Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas (Vol. 7). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho originalmente publicado em 1980)

GERHARDT, S. Por que o amor é importante: como o afeto molda o cérebro do bebê. Porto Alegre: Artmed, 2017.

GONÇALVES, D.M. et al. O Vínculo Mãe-Bebê na Atualidade. Boletim de Iniciação Científica em Psicologia – 2006, 7(1): 112-122

HALPERN, R e FIGUEIRAS, A. Influências ambientais na saúde mental da criança. Jornal de Pediatria, 80 (2), 2004.

JANETE HANSEN, et al. O Brincar e suas implicações para o Desenvolvimento Infantil a partir da Psicologia Evolucionista. Rev Bras Crescimento Desenvolv Hum. 2007;17(2):133-143

JERUSALINSKY, A. Psicanálise e Desenvolvimento Infantil. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000.

KIMURA, A.F. A Construção da Personagem Mãe: considerações teóricas sobre Identidade e Papel Materno. Rev. Esc. Enf. USP, v.31, n.2, p.339-43, ago. 1997

MOURA, S.M.S.R. e ARAÚJO, M.F. A Maternidade na História e a História dos Cuidados Maternos. Psicologia Ciência e Profissão, 2004, 24 (1), 44-55

MOREIRA, L.E. E NARDI, H.C. Mãe é tudo igual? Enunciados produzindo maternidade(s) contemporânea(s) Estudos Feministas, Florianópolis, 17(2): 569-594, maio-agosto/2009

PIAGET, J. O nascimento da inteligência. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

RAPOPORT, A. e PICCININI, C.A. Apoio Social e Experiência da Maternidade. Rev Bras Crescimento Desenvolv Hum. 2006;16(1):85-96

SILVA, A; BARROS, C; NOGUEIRA, M; BARROS, V. "Conte-me sua história": reflexões sobre o método de História de Vida. Mosaico: estudos em psicologia, 1 (1), 2007.

SPITZ, R. O primeiro ano de vida. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

VYGOTSKY, L. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

WALLON, H. A evolução psicológica da criança. Lisboa: Edições, 1941.

ZAMBERLAN, M.A.T. Interação mãe-criança: enfoques teóricos e implicações decorrentes de estudos empíricos Estudos de Psicologia 2002, 7(2), 399-406